

TCESP divulga dados de gastos com pessoal do Estado e órgãos governamentais

Informações são referentes às despesas com pessoal efetuadas durante o 2º quadrimestre do ano; dados podem ser consultados pela plataforma ‘Observatório Fiscal’.

51,48%

Consolidado

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
53,95%

Limite de Gastos: 60%
Limite Prudencial: 57%
Limite de Alerta: 54%
Limite respeitado

1,36%

Ministério Público

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
1,42%

Limite de Gastos: 2%
Limite Prudencial: 1,9%
Limite de Alerta: 1,8%
Limite respeitado

5,6%

Judiciário

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
5,87%

Limite de Gastos: 6%
Limite Prudencial: 5,7%
Limite de Alerta: 5,4%
Superado limite de alerta

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) publicou ontem (17/10), com base no previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), informações sobre os gastos com pessoal referentes ao 2º quadrimestre, feitos pelo Governo do Estado e pelos órgãos da administração.

Os dados, disponibilizados na forma de gráficos por meio da plataforma ‘Observatório Fiscal’, trazem informações sobre as despesas do Executivo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), Tribunal de Justiça (TJ-SP), Ministério Público (MPSP) e da Corte de Contas paulista (TCESP). A consulta é pública e pode ser feita por meio do [link](http://bit.ly/35DEqIB) <http://bit.ly/35DEqIB>.

“É necessário que os órgãos façam adequações em seus orçamentos de modo a respeitar o previsto na LRF. Ao TCE cabe atuar como um mecanismo de fiscalização, transparência e controle das contas públicas para que o Estado e os órgãos não contraiam empréstimos ou dívidas de forma injustificada”, acentuou o Presidente do Tribunal de Contas paulista, Conselheiro Antonio Roque Citadini.

Foram computados como gastos com pessoal os relativos a vencimentos, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo

ente aos órgãos de previdência.

Para o cálculo do percentual de gasto em pessoal, é usada como base a Receita Corrente Líquida (RCL), que é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais. O cálculo considerou, ainda, a deliberação nº TC-A-007019/026/19, publicada no DOE do dia 12/09/2019.

.Alertas LRF

Esta é a segunda vez no ano que o TCESP divulga os dados com gastos de pessoal do estado e órgãos da administração, referentes ao exercício de 2019. No último dia 8 de outubro, a Corte de Contas também publicou os alertas voltados aos jurisdicionados da área municipal; dados foram disponibilizados na plataforma Visor, acessível no endereço www.tce.sp.gov.br/visor.

43,38%

Executivo

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
45,46%

Limite de Gastos: 49%
Limite Prudencial: 46,55%
Limite de Alerta: 44,1%
Limite respeitado

0,59%

Assembléia Legislativa

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
0,62%

Limite de Gastos: 1,7%
Limite Prudencial: 1,62%
Limite de Alerta: 1,53%
Limite respeitado

0,55%

Tribunal de Contas

% Sobre RCL
(Deduzindo Fundeb):
0,58%

Limite de Gastos: 1,3%
Limite Prudencial: 1,24%
Limite de Alerta: 1,17%
Limite respeitado



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

GASTOS COM PESSOAL,
REFERENTES AO 2º
QUADRIMESTRE

Acesse o infosite



Para se inscrever basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou visitar o link <http://bit.ly/35DEqIB>.

SESSÕES DE JULGAMENTO

PRIMEIRA CÂMARA



CAROLINA FERRAZ

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), reunida na terça-feira (15/10), apreciou 78 processos da Ordem do Dia, tendo julgado 6 contratos irregulares e negado provimento a 12 recursos. As contas anuais das Prefeituras de Terra Roxa, Valparaíso e Itapira (todas do exercício de 2017) receberam pareceres desfavoráveis. A sessão foi presidida pelo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues e integrada pelos Conselheiros Cristiana de Castro Moraes e Sidney Estanislau Beraldo. Os Procuradores Renata Constante Cestari e Denis Dela Vedova Gomes representaram o Ministério Público de Contas (MPC) e a Procuradoria da Fazenda Estadual (PFE), respectivamente.

SEGUNDA CÂMARA



Reunida na terça-feira (15/10), a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo analisou 68 processos da Ordem do Dia, tendo julgado 8 contratos irregulares e negado provimento a 10 recursos. As contas anuais das Prefeituras de Itapirapuã Paulista e Cajobi (todas do exercício de 2017) receberam pareceres desfavoráveis. A Câmara aplicou multas no total de 360 UFESPs. A sessão foi presidida pelo Conselheiro Dimas Ramalho e integrada pelos Auditores-Substitutos de Conselheiro Samy Wurman e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis. Os Procuradores Rafael Demarchi Costa e Carim José Feres representaram o Ministério Público de Contas e a Procuradoria da Fazenda Estadual, respectivamente.

TRIBUNAL PLENO



O Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, reunido na quarta-feira (16/10), no Auditório Nobre ‘Professor José Luiz de Anhaia Mello’, analisou 59 processos da Ordem do Dia e 7 representações de Exames Prévios de Editais. No primeiro caso, negou provimento a 33 recursos. A sessão foi presidida pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini e integrada pelos Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues, Dimas Ramalho, Sidney Estanislau Beraldo e pelos Auditores-Substitutos de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, Samy Wurman e Alexandre Manir Figueiredo Sarquis. Os procuradores Thiago Pinheiro Lima e Luiz Menezes Neto representaram o Ministério Público de Contas e a Procuradoria da Fazenda Estadual, respectivamente.



ASSISTA À ÍNTEGRA DAS SESSÕES

Para assistir à íntegra das sessões basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem acima ou acessar o link www.youtube.com/tcespoficial.



OBSERVATÓRIO FISCAL



Para acessar basta posicionar seu leitor de QRCode sobre a imagem ao lado ou visitar o link www.tce.sp.gov.br/observatoriofiscal



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/observatoriofiscal

